

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

REQUERIMENTO (DO DEPUTADO VILMAR ROCHA)

Requer a apresentação de parecer escrito por parte do Relator da Comissão de Minas e Energia, com base no art. 130 do Regimento Interno, ao PL N.º 1859, de 1999.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Relator designado para oferecer parecer ao Projeto de Lei nº 1.859, de 1999 e seu apenso, o Projeto de Lei nº 5.303, de 2001, gostaria levar à consideração de V. Exa. os seguintes fatos:

A proposição em tela havia recebido, originalmente, um despacho do Senhor Presidente da Câmara que designou as Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação para apreciação pelo regime conclusivo.

Posteriormente, o Presidente da Comissão de Minas e Energia, através do Ofício nº 97/00, solicitou, nos termos do art. 140 do Regimento Interno, que a referida Comissão fosse também indicada para a apreciação da matéria. O senhor Presidente da Casa deferiu o pleito e, ainda, alterou o regime de tramitação para que a matéria fosse também encaminhada ao Plenário da Casa.

Como já antes aprovada pela Comissão de Educação foi então encaminhada à Comissão de Minas e Energia, tendo o Relator, originalmente designado, oferecido parecer pela aprovação com um Substitutivo. Quando veio a matéria à discussão, contudo, não estando presente S. Exa., o parecer foi lido e a Comissão resolveu acatar o ponto de vista divergente, oferecido por outro parlamentar. Este, contudo, não formalizou parecer por escrito, havendo, nos autos, apenas as notas taquigráficas atinentes.

Ocorre, contudo, que o Regimento Interno determina, no seu art. 128, que:

Art. 128. Nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente, exceto nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando o admitir este Regimento, o parecer poderá ser verbal.

Desse modo, mesmo decorrendo o ponto de vista vencedor de uma discussão, impunha-se a apresentação de “parecer vencedor”, quando muito, “até a reunião ordinária seguinte pelo Relator substituto”, nos estritos termos do que

determina o inciso XII do art. 57 do Regimento Interno. Entretanto, não foi isso o que ocorreu.

Nestes termos, com base no art. 130 do mesmo Estatuto, requeiro, respeitosamente, que seja oficiado ao Presidente da Câmara para que este ordene o procedimento, determinando a apresentação de parecer escrito por parte do Relator da Comissão de Minas e Energia.

Cordialmente subscrevo, renovando protestos de estima e consideração.

Deputado **VILMAR ROCHA**

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh
Nesta